

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

EDITAL CSAGU/AGU Nº 08, DE 07 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 6º, inciso I, c/c art. 5º, inciso II da Resolução CSAGU nº 1, de 17 de maio de 2011, consolidada pela Portaria CSAGU nº 5, de 26 de junho de 2019, considerando a competência prevista no art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto na Resolução CSAGU nº 3, de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2019, seção 1, página 1/3, e na Resolução CSAGU nº 9, de 2 de julho de 2013, alterada pela Resolução CSAGU nº 8, de 6 de janeiro de 2015, ambas do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, e o que consta no Processo Administrativo nº 00696.000127/2023-42, resolve:

1. Convidar os Advogados da União interessados em compor a Comissão de Promoção que ficará responsável pelas medidas voltadas ao processamento dos concursos de promoção da carreira de Advogado da União, relativos aos períodos avaliativos compreendidos entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2021 (2021.2), 1º de janeiro e 30 de junho de 2022 (2022.1) e 1º de julho e 31 de dezembro de 2022 (2022.2), os quais serão processadas conjuntamente, para que manifestem interesse, no período de 12 a 16 de junho de 2023, conforme previsto neste Edital.
2. A Comissão de Promoção será composta nos termos da Resolução CSAGU nº 9, de 2013, alterada pela Resolução CSAGU nº 8, de 2015.
3. O requerimento de inscrição deverá ser dirigido ao Presidente do Conselho Superior da AGU e encaminhado à Coordenação do Conselho Superior da AGU, para o endereço eletrônico sec.conselho@agu.gov.br, com o assunto “Comissão de Promoção – Advogado da União 2021.2, 2022.1 e 2022.2”.
4. O requerimento referido no item 3 deverá conter os seguintes dados:
 - 4.1. nome do Advogado da União;
 - 4.2. unidade de lotação e exercício; e
 - 4.3. declaração de que não apresentará requerimento para análise de título, referente à promoção relativa ao respectivo período avaliativo.
5. Os interessados deverão atender aos requisitos previstos no art. 5º da Resolução CSAGU nº 9, de 2013.

6. Constituída a Comissão de Promoção, seus membros ficarão à disposição do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União em tempo integral e com dedicação exclusiva, pelo prazo de até quinze dias, ininterruptos ou não, ou até que sejam finalizados os trabalhos, com a publicação do resultado definitivo do respectivo concurso e o envio ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União do relatório final da Comissão.

7. As reuniões da Comissão serão realizadas preferencialmente por meio de videoconferência, máxime em relação aos membros que se encontrarem em local diverso do Distrito Federal.

7.1. Na hipótese de ficar demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou inconveniência de realização de reunião por meio de videoconferência, o eventual deslocamento do membro dependerá da existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício vigente quando da convocação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS
Presidente do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União